

22/82

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM

Secretaria de Administração

PROJETO DE LEI Nº 22/82.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRAIR EMPRÉSTIMO COM A EMPRESA BRASIELIRA DE TRANSPORTES URBANOS, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO DE BAIXO CUSTO EM ÁREAS URBANAS DE BAIXA RENDA E DÁ OU TRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOÃO ZANELLA, Prefeito Municipal de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no artigo 60, Inciso II da Lei Orgônica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

- Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a assinar com a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, firmar contratos e promover as medidas na área de competência Municipal, para o atendimento dos requisitos do Acordo 1975/BR-965 do III Projeto EBTU/BIRD - Subprojeto PROPAV e suas normas complementares necessárias à implantação' do Projeto PROPAV no município de Erechim.
- Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal igualmente autorizado a contratar empréstimo com a EBTU, ou entidades financeiras designadas como agentes financeiras da mesma, para as finalidades mencionadas no Art. 1º desta Lei, no montante de até CR\$ 17.100.000,00 (dezessete milhões e cem mil cruzeiros), destinados ao financiamento de elaboração de projetos e execução de obras e serviços programados para pavimentação de baixo custo em áreas urbanas de baixa renda.
- Art. 3º - Para a realização das operações de crédito previstas nesta Lei, fica o Executivo Municipal autorizado a dar à EBTU ou ao Agente Financeiro, como garantia a quota que lhe cabe no retorno do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) até o valor dos empréstimos contratados e seus encargos acessórios e/ou a obrigatoriedade de indicar contrapartida orçamentária ao PROPAV.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM

Secretaria de Administração

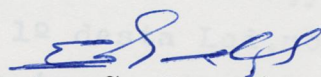
Art. 4º - É ainda o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir os competentes créditos adicionais necessários à aplicação dos recursos oriundos das operações de crédito autorizadas pelo Art. 2º desta Lei, em qualquer época do exercício em que forem realizadas.

Art. 5º - Os orçamentos municipais, a partir de 1983, contarão do tações necessárias e suficientes para o pagamento do principal, juros e demais encargos decorrentes dos financiamentos a ser contratados em função da presente Lei.

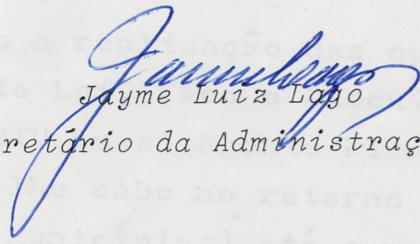
Art. 6º - O Orçamento Plurianual de investimentos do Município consignará, a partir de 1983, as dotações correspondentes à operações de crédito e à execução dos programas e projetos previstos nesta Lei.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM, RS, EM 20 DE JULHO DE 1982.


Eloi João Zanella
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Data Supra


Jayme Luiz Logo
Secretário da Administração

* A LEI DEVERÁ AUTORIZAR A PM A CONTRAIR O EMPRÉSTIMO DO BIRD
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ ALTA QUE É DE 35% DO VALOR
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CONVÊNIO: 17.100.00

LEI MUNICIPAL Nº 0094/81

De 30 de NOVENBRO DE 1981.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRAIR
EMPRÉSTIMO COM A EMPRESA BRASILEIRA DE
TRANSPORTES URBANOS, ATRAVÉS DO PROGRA-
MA DE PAVIMENTAÇÃO DE BAIXO CUSTO EM
ÁREAS URBANAS DE BAIXA RENDA E DÁ OU-
TRAS PROVIDÊNCIAS.

=====

ERECHIM

O Prefeito Municipal de Cruz Alta, RS., faz saber que
CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte
Lei, que naquela Casa como Projeto de Lei tomou: o nº 1072/81:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assinar
com a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, firm-
mar contratos e promover as medidas na área de compe-
tência municipal, para o atendimento dos requisitos do
Acordo 1975/BR-965 do III Projeto EBTU/BIRD - Subproje-
to PROPAV e suas normas complementares necessárias à
implantação do Projeto PROPAV no município de Cruz Alta.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal igualmente autorizado
a contratar empréstimo com a EBTU, ou entidades finan-
ceiras designadas como agentes financeiros da mesma, pa-
ra as finalidades mencionadas no art. 1º desta Lei, no
montante de até ~~US\$ 13.394,23~~ ^{CR\$ 17.100.000,00} (cento e treze mil, tre-
zentos e noventa e quatro dólares e vinte e um centá-
vos), destinado ao financiamento de elaboração de pro-
jetos e execução de obras e serviços programados para
pavimentação de baixo custo em áreas urbanas de baixa
renda.

Art. 3º - Para a realização das operações de crédito previstas
nesta Lei, fica o Executivo Municipal autorizado a dar
à EBTU ou ao Agente Financeiro, como garantia, a quota
que lhe cabe no retorno do FPM (Fundo de participação
dos Municípios) até o valor dos empréstimos contrain-
dos e seus encargos acessórios e/ou a obrigação en-
te de índice contrapartida orçamentária ao PROPAV.

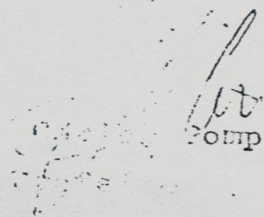
Art. 4º - É ainda, o Poder Executivo Municipal, autorizado a
abrir os créditos adicionais necessários à
aplicação dos recursos oriundos das operações de cré-
dito autorizadas pelo art. 2º desta Lei, ~~sem como fa-~~
~~na atender as obrigações delas decorrentes, em ... EM~~

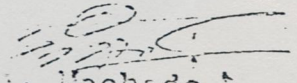
.....
qualquer época do exercício em que forem realizadas.

Art. 5º - Os orçamentos municipais, a partir de 1983, contarão dotações necessárias e suficientes para o pagamento do principal, juros e demais encargos decorrentes dos financiamentos a ser contratados em função da presente Lei.

Art. 6º - O Orçamento Plurianual de investimentos do município consignará, a partir de 1983, as dotações correspondentes a operações de crédito e à execução dos programas e projetos previstos nesta Lei.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data da sua publicação. GABINETE DO PREFEITO DE CRUZ ALTA - RS em 30.11.81.....


Compílio Schmidt


Washington A. Machado
Secretário da Administração